

22 NOVEMBRO SESSÃO TEMÁTICA 6 – HISTÓRIA DA CIDADE: NOVAS FRONTEIRAS EPISTEMOLÓGICAS PARA O SÉCULO XXI*Pensar a cidade e a sociedade: Lisboa***Mafalda Teixeira de Sampayo**

CIES e ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

Teresa Marat-Mendes

DINÂMIA'CET e ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

1. Introdução

No âmbito do tema central do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, em homenagem ao professor José-Augusto França, é objectivo principal deste artigo reflectir sobre o contributo das abordagens metodológicas no processo de renovação do conhecimento e da actualização da história da cidade e da sociedade.

Neste sentido, aplicando a reflexão aqui proposta à cidade de Lisboa, designadamente à área da Baixa, o presente artigo encontra-se estruturado por forma a responder às seguintes questões: (i) como é que os diferentes intervenientes no processo de projectar a cidade de Lisboa pensaram a cidade e que metodologias seguiram ao longo dos tempos?; (ii) que modelo de intervenção caracteriza cada um dos momentos históricos em análise?; (iii) que continuidades e descontinuidades marcaram a forma de intervir na cidade de Lisboa?; e finalmente (iv) que semelhanças e diferenças existem nos vários processos de pensar e fazer a cidade de Lisboa ao longo dos tempos?

Este estudo focaliza-se na zona da Baixa de Lisboa e analisa os seguintes momentos históricos: (i) a cidade tardo-medieval; (ii) os projectos de reconstrução de 1756; (iii) o plano de 1758; (iv) a proposta de renovação de 1948 e (v) a classificação como Monumento Nacional em 1978.

2. Estado da Arte

Vários têm sido os contributos metodológicos para o processo de entendimento da cidade. Destacamos em seguida três grupos de autores pelos seus contributos metodológicos na análise da cidade.

O primeiro grupo refere-se a um conjunto de autores que aplicam a sua investigação sobre o modo de pensar a cidade através duma perspectiva histórica, mas também sociológica, ao caso de estudo da cidade de Lisboa. A pertinência destes autores para a presente comunicação refere-se ao modo como a cidade e a sociedade têm sido reflectidas e actualizadas por estes desde diferentes disciplinas.

Este grupo inclui os seguintes autores: (i) José-Augusto França (1965) que a partir duma perspectiva da história da arte portuguesa contribuiu com uma abordagem inovadora para a actualização da história da cidade; (ii) Paulo Simões Rodrigues (2005) que através duma aproximação da história da evolução do conceito de património aplica-o ao caso de estudo da cidade de Lisboa, questionando a construção da memória de Lisboa; e finalmente (iii) Isabel Guerra *et al.* (1999) que partindo de uma

perspectiva sociológica contribuiu com um novo olhar sobre o processo de fazer cidade através de propostas de estratégias de actores para a Baixa de Lisboa.

O segundo grupo refere-se a um conjunto de autores que contribuíram para o processo de pensar e fazer cidade através de propostas de abordagens metodológicas de análise da forma urbana, aplicado ao estudo da Baixa de Lisboa. Nomeadamente (i) Mafalda Sampayo (2012) que propõe um método de avaliação e quantificação do espaço público aferindo as diferentes opções de desenho urbano propostas para a construção da Baixa. Deste trabalho ressalta o contributo da avaliação do espaço público para projectos de intervenção na cidade contemporânea; (ii) Marat-Mendes, Sampayo e Rodrigues (2011) propõem um método de quantificação do espaço público da Baixa, aplicado de forma comparativa entre 1650 e 2010; e finalmente (iii) Teresa Marat-Mendes (2002) propõe um método de análise comparativa da forma urbana aplicada a três exemplos de espaços urbanos planeados, incluindo a Baixa Pombalina. Este método permite aferir comportamentos de transformação e permanência da forma urbana, permitindo antever processos de transformação do tecido urbano da própria cidade, informado por possíveis constrangimentos sociais, económicos e políticos.

O terceiro grupo refere-se a um conjunto de intervenientes que directamente actuaram sobre o processo de fazer e pensar a cidade de Lisboa, nomeadamente na zona da Baixa. Assim, destacamos (i) Manuel da Maia (1677-1768), o autor responsável pela “dissertação” que enunciou as regras para a reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII; (ii) Étienne de Groër (1882-195?), o autor do Plano de Urbanização para Lisboa de 1948 e de uma proposta de renovação para a Baixa também de 1948 (MARAT-MENDES e SAMPAYO, 2010); e finalmente (iii) a legislação, através do Decreto nº 95/78 de 12 Setembro, DR I série, que classifica a Baixa Pombalina como Monumento Nacional.

3. Metodologia

A metodologia desta investigação seguiu as seguintes etapas:

(i) Análise dos contributos dos diferentes intervenientes na Baixa de Lisboa (estado da arte);

(ii) Identificação e análise de momentos específicos de pensar e fazer cidade, nomeadamente no caso de estudo da Baixa (opções de desenho urbano na Baixa);

(iii) Avaliação da forma urbana da Baixa através da:

- leitura da forma urbana dos desenhos propostos para a Baixa de Lisboa por meio duma recolha de fontes primárias,
- análise da forma urbana dos diferentes planos através dum *software* de desenho assistido por computador – AutoCAD¹,
- análise comparativa dos dados recolhidos.

¹ Foi vantajosa a utilização do AutoCAD pela facilidade de vectorização do desenho e da possibilidade de o colocar a qualquer escala de trabalho, permitindo fazer sobreposições de plantas e ainda quantificar áreas. Desta forma, e tendo presente a cartografia actual para a nossa área de estudo, foi possível aferir que as cartas do século XVIII analisadas nesta investigação foram desenhadas com medidas de referência divergentes. Com esta informação e tendo em conta a cartografia actual foi possível ainda, através do AutoCAD, colocar as cartas todas à mesma escala e analisar quantitativamente as áreas dos elementos da forma urbana fundamentais no nosso estudo. Importa ainda referir que o AutoCAD é uma ferramenta de trabalho universal da área da arquitectura sendo assim possível a validação deste trabalho por outros.

4. Opções de desenho urbano na Baixa

Retratam-se em seguida cinco períodos que marcam a história da Baixa de Lisboa e que demonstram formas diferentes de estar e intervir na cidade.

4.1 Cidade tardo-medieval

Analisando a representação de Lisboa impressa em 1598 no *Urbium praecipiarum Mundi theatrum quintum*, de Georg Braunius, ou a planta de 1650 de João Nunes Tinoco podemos afirmar que Lisboa tardo-medieval caracteriza-se por ser um espaço urbano muito denso, com ruas sinuosas onde as principais praças se encontram nas extremidades, o Terreiro do Paço adjacente ao rio e o Rossio a norte do núcleo principal. Esta Lisboa foi-se sedimentando por adições desfasadas no tempo e sem um plano de base, dando origem a um tecido urbano de morfologia orgânica.

Uma análise detalhada da carta de Manuel da Maia, resultante de um levantamento de Lisboa em 1718², permite registar o surgimento de situações urbanísticas, como os alargamentos de ruas, que imprimiram uma regularidade ao desenho urbano de Lisboa desde o período manuelino (Fig. 1).

4.2 Projectos de 1756

A reforma da Lisboa pós-terramoto de 1755 faz-se imbuída no espírito da intervenção pelo todo, característica do urbanismo europeu do iluminismo setecentista, mas também num saber de tradição portuguesa de “fazer cidade” nas colónias. Manuel da Maia e seis engenheiros de sua confiança³ agregaram-se em equipas que estruturaram seis projectos datados de 1756 (dos quais está desaparecido o desenho do projecto n.º 5) e que deram início ao plano de reestruturação de Lisboa. Estes projectos de 1756 visam contemplar o todo com a unidade através de desenhos geométricos regulares (FRANÇA, 1965)(SAMPAYO, 2012).

O projecto 1, muito próximo da situação anterior ao terramoto, distingue-se da situação preexistente pela geometrização dos quarteirões; com as mesmas características encontramos os projectos 2 e 3, embora com intenções mais geométricas; os projectos 4 e 6 são os mais geométricos e regulares. Este conjunto de projectos estabelece relações diferentes com a área envolvente, sendo que os dois últimos são mais abrangentes (Fig. 2).

² Veja-se a carta cedida pelo engenheiro Manuel da Maia aos Oficiais Engenheiros e praticantes da Academia Militar para servir de base às propostas de reconstrução da cidade (existente na Direcção de Infra-estruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, com a cota 2342-2-16-22 [DSE]).

Esta carta pode ser uma cópia da que D. João V terá ordenado executar em 1713 a Manuel da Maia (VITERBO, 1904, pp. 125-127), uma vez que existem poucas diferenças entre este levantamento e a carta conhecida de Tinoco. D. João V encomendou em 1713 a “planta de ambas as cidades de Lisboa occidental e oriental com toda a indiuiduação de praças, pallacios, tempos, mosteiros, freguezias, hermitas, ruas e trauessas com os nomes de todas estas couzas em tão boa forma e tão ajustada ao terreno que acreditou o seu estudo e trabalho de cinco annos” (VITERBO, 1904, p. 126). É a este levantamento terminado em 1718 que Manuel da Maia se refere quando inicia o plano de Lisboa pós-terramoto (AIRES, 1910, p. 40).

³ António Carlos Andreas, Elias Sebastião Poppe, Eugénio dos Santos de Carvalho, Francisco Pinheiro da Cunha, Jozé Domingos Poppe e Pedro Gualter da Foncêca.

4.3 Plano de 1758

Após as sugestões dos projectos de 1756 é escolhido um deles que será desenvolvido a partir de 1758 através de um plano escrito e desenhado. O projecto de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, de 1758, define em linhas gerais um desenho urbano muito parecido àquele que foi construído.

O espaço central do projecto é definido por 42 quarteirões perpendiculares ao rio e 15 longitudinais a este.

O projecto desenha um corte muito forte com a cidade medieval. Estende-se para Oeste com um tipo de quarteirões diferentes dos usados na área central do projecto, onde está bem presente a ideia de logradouro. Face às propostas de 1756 esta figura de logradouro corresponde a um elemento inovador no desenho urbano para a Baixa. Refaz grandemente a malha da cidade manuelina com ligações à malha proposta para o centro do plano.

Depois da definição de projecto em 1758, em alvará e plano escrito, o projecto sofreu adaptações ao longo dos cinquenta anos de construção, seguindo as instruções de Manuel da Maia, que apelava aos “arruadores” que construísem com o plano, mas também com o sítio (SAMPAYO, 2012).

4.4 Projecto de 1948

Em 1948 Groër introduz várias escalas de abordagem para a cidade de Lisboa, que compreendem as escalas territorial, da cidade, do bairro e a do próprio quarteirão (MARAT-MENDES e SAMPAYO, 2010).

O projecto de Groër de 1948 para a Baixa no âmbito do Plano Director de Lisboa propõe uma demolição parcial de 29 quarteirões da Baixa de Lisboa, oferecendo um novo desenho urbano de 15 quarteirões, de maiores dimensões que os preexistentes, bem como um aumento da área de espaço público e de estacionamento.

Esta ideia e proposta para a Baixa de Lisboa aparece primeiramente no texto “Introduction à l’urbanisme” (GROËR, [s.d.]) quando Groër normativa a “Zona Central Comercial e Cívica” das cidades. O plano director de urbanização para a cidade de Lisboa de 1948 apenas desenvolve e detalha a intenção projectual de Groër em texto e cartografia.

Segundo Groër, relativamente à “Zona Central Comercial e Cívica” apenas se poderiam efectuar perfurações e demolições parciais nos quarteirões. Seria necessário sanear sem modificar o carácter do bairro. Evidencia-se a sensibilidade de Groër para com o lugar da Baixa. Assim, ele sugere que se estude o quarteirão e a casa no sentido de identificar o que se deve conservar e o que se pode demolir⁴. A intervenção de Groër incide na definição dos usos e estabelece para a Baixa um carácter essencialmente comercial e terciário (Fig. 4).

4.5 Classificação como Monumento Nacional em 1978

Através do Decreto n.º 95/78 de 12 Setembro, DR I série de 1978 a Baixa Pombalina (zona delimitada a norte pela Travessa de S. Domingos, Largo do mesmo nome e Largo de D. João da Câmara, a sul pela Rua da Alfândega e pela Rua do Arsenal até à Praça do Município, a oeste pelas Ruas Nova do Almada, do Carmo, do 1.º de Dezembro e a leste pela Rua da Madalena e pelo Poço do Borratém) é classificada como Monumento Nacional.

⁴ “Les démolitions seront surtout faites à l’intérieur des îlots et ne seront au possible que partielles, pour pouvoir conserver les extérieurs des maisons et surtout les façades anciennes.” (GROËR, [s.d.], p. 26).

Informada por uma política de protecção do património existente impondo uma conservação da estrutura urbana e edificada surge com o decreto de 1978 uma nova postura de pensar a cidade. Procura-se a partir de agora dar valor ao passado como memória de um tempo que imprimiu qualidades ao lugar, quer pela materialidade do construído, quer pelas vivências diversificadas que aquele sítio registou, enfatizando um sentido do património existente, reconhecendo-lhe um carácter de monumento.

4.6 Opções de desenho urbano na Baixa: síntese de um retrato cronológico

Depois da breve descrição sobre estas cinco fases da Baixa constata-se que foram equacionadas diferentes formas de intervenção nos vários períodos temporais comprovando distintos processos de pensar e fazer cidade. Enquanto a cidade medieval de Lisboa cresceu sem um plano geral, formalizou-se por acrescentos sucessivos delineados pelos seus habitantes e só a partir de D. Manuel se definiram alargamentos e alinhamentos de ruas, a reconstrução de Lisboa pós-terramoto apresenta com os projectos de 1756 ideias que consideram o conjunto urbanístico uno, através de desenhos geométricos regulares.

O plano de 1758 apresenta um pensar e fazer cidade idêntico ao demonstrado nos projectos de 1756, embora introduza o logradouro nos quarteirões centrais do projecto, o que comprova preocupações de higiene traduzidas na exploração do desenho urbano. A atitude de Groër em 1948 face ao projecto da Baixa é semelhante à que foi adoptada na transição de 1756 para 1758 no que concerne ao melhoramento do desenho urbano⁵. Groër propõe uma nova tipologia de quarteirão que impunha um projecto de intervenção e reconversão da Baixa informado por uma política de manutenção da estrutura urbana existente, com algumas demolições cirúrgicas de edifícios, prevendo uma adaptação da Baixa às novas necessidades de mobilidade urbana e adaptação do espaço público.

Após a classificação da Baixa como Monumento Nacional em 1978, a postura de pensar e intervir na cidade tornou-se muito mais restritiva em termos de propostas de desenho urbano. No entanto, a Baixa não deixou de testemunhar profundas transformações na sua forma urbana (MARAT-MENDES, 2002, p. 413).

Por forma a fundamentar as análises anteriores quantificou-se para cada uma das situações (Tabela 1): (i) a área de espaço público, (ii) a área de espaço construído e (iii) a área de vazios residuais, através de uma análise gráfica efectuada sobre a cartografia original.

Assim observou-se que o projecto de Groër e a situação actual contemplam mais área de espaço público do que as propostas de 1756-1758 e a carta relativa a 1718. A proposta de Groër supera a situação actual na área de espaço público, registando-se 50% e 47% respectivamente, o que se justifica pelas áreas dos logradouros transformadas no plano de Groër em espaço público. Realça-se a quase inexistência de espaços residuais (2%) na proposta de Groër e na situação actual. Por outro lado, esta quantificação também comprova que, embora as atitudes de intervenção ao longo dos tempos sejam diversificadas, a percentagem dedicada ao espaço público nas propostas varia muito pouco, sendo de notar que as grandes alterações fazem-se em dois momentos: (i) da cidade tardo-medieval (com 29% de espaço público) para a cidade setecentista (variando entre 33% e 45%) e (ii) das anteriores para a proposta de Groër (com 50% de espaço público) e para a situação actual (Tabela 1).

⁵ No entanto, agora com outras preocupações, que são as da cidade moderna, onde o carro tem uma presença muito forte. Assim suprime o logradouro original nos quarteirões da área central da Baixa e reformula-os criando um vazio no interior destes que funciona como área para estacionamento.

5. Conclusão

Lisboa foi pensada por diferentes intervenientes no processo de projectar a cidade, de acordo com o seu respectivo período histórico e as suas necessidades. Lisboa na Idade Média é marcada por um crescimento urbano espontâneo; no século XVIII, pelas intervenções globais reguladas pela unidade e geometria; no 2.º quartel do século XX, pelas preocupações de adaptação à circulação do automóvel; e no 4.º quartel do século XX, por um regulamento que pretende controlar o existente sem impor novo desenho urbano.

As metodologias de intervenção ao longo do tempo compreendem: a total liberdade de construção (Idade Média), a intervenção de carácter global (século XVIII), a adaptação do existente através de novo desenho urbano (2.º quartel do século XX) e a legislação no sentido de regular a manutenção do desenho urbano da Baixa (4.º quartel do século XX).

Regista-se assim uma continuidade no exercício de desenho urbano na Baixa até ao 2.º quartel do século XX, contrária à postura assumida em 1978 que legisla uma política conservacionista. A classificação da Baixa como Monumento Nacional, embora valorize o plano pombalino, menospreza a dinâmica histórica do sítio e das suas ocupações registadas nas fontes coevas desde o final da Idade Média, assim como o desenho urbano na contínua transformação da Baixa. Desta forma, importa assim realçar um exercício que França já havia solicitado: “é preciso reinventar a Baixa” (TOSTÕES, 2008, p. 224).

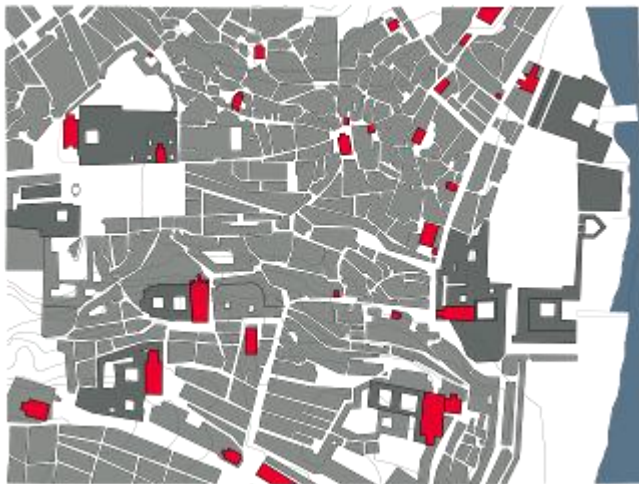


Fig. 1 – Carta anterior ao terramoto (1718 – Desenho de Manuel da Maia). Planta vectorizada a partir da digitalização da carta original, desenho da Direcção de Infra-estruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (desenho 2342-2-16-22 DSE)



Fig. 2 – Cartas relativas aos projectos de 1756. Plantas vectorizadas a partir da digitalização das cartas originais, desenhos do Arquivo Museu da Cidade (Desenhos: MC.DES.975, MC.DES.976, MC.DES.979, MC.DES.978, MC.DES.980)



Fig. 3 – Carta relativa ao plano de 1758. Planta vectorizada a partir da digitalização da carta original, desenho do Arquivo Museu da Cidade (Desenho MC.DES.35)

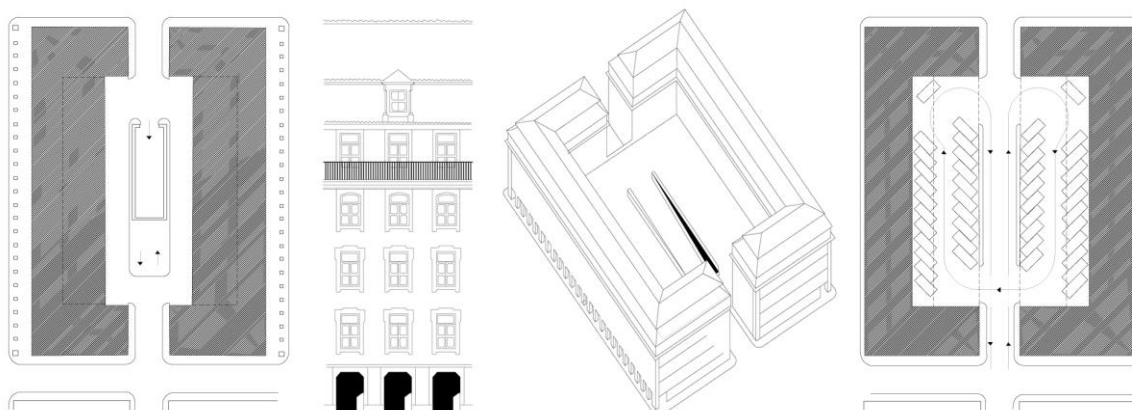


Fig. 4 – Desenhos relativos ao plano de 1948. Desenhos vectorizados a partir da digitalização de desenhos de Étienne de Groër. Plano Director de Lisboa de 1948. Saneamento dos quarteirões e melhoramento da circulação da Baixa (Fonte: Margarida Souza Lobo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, p. 97. Porto: FAUP, 1995)

Tabela 1 – Distribuição das áreas de Espaço Público, Quarteirões e Vazios Residuais na área de implantação

	MM*	Plano 1	Plano 2	Plano 3	Plano 4	Plano 6	Plano [1758]	Groër 1948	Hoje
	1718	1756	1756	1756	1756	1756	[1758]	1948	
Implantação/ha	45,54	45,38	45,02	44,37	45,71	45,75	48,82	55,2	55,2
Espaço Público	29%	38%	35%	39%	39%	45%	33%	50%	47%
Espaço Construído	60%	53%	54%	55%	61%	50%	61%	48%	51%
Vazios Residuais	12%	9%	11%	6%	0%	5%	6%	2%	2%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

* MM – Levantamento de Lisboa elaborado por Manuel da Maia entre 1713 e 1718.

BIBLIOGRAFIA

AIRES, Cristóvão. *Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses no Terramoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

Decreto n.º 95/78 de 12 Setembro, DR I série – Número 2010.

FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965.

GROËR, Étienne de, *Introduction à l'urbanisme*, Texto inédito (fonte: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), [s.d.].

GUERRA, Isabel *et al.* *A Baixa Pombalina: Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*. Oeiras: Celta, 1999.

MARAT-MENDES, Teresa. "The sustainable urban form: a comparative study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona", *tese de doutoramento*, Universidade de Nottingham, 2002.

MARAT-MENDES, Teresa, e Mafalda Teixeira de Sampayo. "Étienne de Groër: the scales of urban intervention in the Lisbon territory", comunicação apresentada no 1st International Meeting European Architectural History Network, Guimarães, 17-20 Junho, 2010.

MARAT-MENDES, Teresa, Mafalda Sampayo e David Rodrigues. "Measuring Lisbon Patterns: 'Baixa' from 1650 to 2010", in *Nexus Network Journal* 13, 2011: 351-372.

LOBO, Margarida Souza. *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP, 1995.

RODRIGUES, Paulo Simões. *Lisboa: A Construção da Memória da Cidade*. Évora: Casa do Sul Editora e Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2005.

SAMPAYO, Mafalda. "Forma urbana da parte baixa da Lisboa destruída: Análise e avaliação da cartografia (1756-1786)", *tese de doutoramento*, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2012.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *Dicionário Histórico Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

TOSTÕES, Ana. "Precusores do Urbanismo e da Arquitectura Modernos", in *Lisboa 1758: o Plano da Baixa Hoje*, ed. Ana Tostões e Walter Rossa, 168-229. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008.